



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2014**  
**(Do Sr. Rubens Bueno)**

*Requer informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a base jurídica que permite a esse Ministério o planejamento financeiro necessário ao pontual pagamento da indenização de moradia (RF) dos diplomatas, oficiais de chancelaria, bem como dos demais funcionários administrativos lotados no exterior, na forma em que especifica.*

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, sobre a base jurídica que permite a esse Ministério o planejamento financeiro necessário ao pontual pagamento da indenização de moradia (RF) dos diplomatas, oficiais de chancelaria, bem como dos demais funcionários administrativos lotados no exterior, nos seguintes termos:

1. Qual é a base jurídica na qual se alicerça o pagamento das indenizações de moradia (RF) para todos os servidores lotados no exterior? Existe alguma norma interna que regule essa indenização?
2. Qual é a dotação orçamentária que o MRE utiliza para o pagamento dessa despesa?
3. Caso não haja “saldos em poder dos postos”, nos termos



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

da circular telegráfica expedida pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do Departamento de Serviço Exterior, o pagamento das RF sofre atraso? Que tipo de apoio o Itamaraty presta aos seus servidores quando ocorrem esses atrasos?

4. Atrasos no pagamento das RF são recorrentes? Quantas vezes isso ocorreu após 04/11/2013 (data da expedição da circular telegráfica nº 92692)?
5. Existe alguma precedência entre as carreiras do MRE – diplomatas, oficiais de chancelaria e demais carreiras de mais baixo escalão – para o pagamento da RF no caso de insuficiência de saldo para pagamento total dessa despesa?

## JUSTIFICATIVA

Em desacordo com o teor da mensagem da Presidente da República, Dilma Rousseff, expedida no dia 28/10/2014, por ocasião do dia do servidor público, no qual ela afirma que “uma gestão pública eficiente requer a devida valorização do servidor público”; e que “um Estado cada vez mais democrático deve garantir remuneração justa, carreiras consolidadas e condições de trabalho dignas” a todos os servidores públicos do Brasil, tomamos conhecimento do conteúdo da circular telegráfica - nº 92692, de 04/11/2013, enviada a todos os postos do Ministério das Relações Exteriores – MRE - no exterior – no qual o órgão administrativo da estrutura desse Ministério – a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do Departamento de Serviço Exterior - condiciona “a análise da possibilidade do pagamento da indenização de moradia (RF) de outubro” de 2013 “à informação acerca de quaisquer saldos em poder do Posto”.

Sabe-se que restrições orçamentárias e financeiras são atribuições correntes na Administração Pública brasileira. No entanto, diante do exposto, presume-se dificultoso o atendimento não só à vontade expressa



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

no discurso da Presidente Dilma, como à essência do disposto no inciso I, do artigo 2º do decreto 7.214/2010, editado pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que é o aprimoramento da qualidade do serviço prestado às comunidades brasileiras no exterior:

### DECRETO Nº 7.214, DE 15 DE JUNHO DE 2010.

Estabelece princípios e diretrizes da política governamental para as comunidades brasileiras no exterior, institui as Conferências Brasileiros no Mundo - CBM, cria o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior - CRBE, e dá outras providências.

Art. 2º Incluem-se entre as medidas a serem adotadas para a observância dos princípios e diretrizes da política governamental para as comunidades brasileiras no exterior:

I - reforma consular, a ser implementada mediante Plano Diretor definido pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, para o aprimoramento do atendimento ao público, agilização da prestação de serviços e ampliação da atividade consular, em benefício das comunidades de brasileiros que vivem no exterior;

Assim, concertando a disposição da Presidente Dilma expressa em seu discurso, com a determinação do Presidente Lula no decreto por ele expedido, entendemos como procedente que o MRE conte com base jurídica sólida que fundamente o pagamento mensal e pontual da indenização de moradia (RF) a todos os seus servidores lotados no exterior, evidência relevante da forma como é feito o planejamento estratégico e financeiro desse ministério, planejamento esses que lhe permitirá cumprir com o objetivo maior colocado pelo decreto 7.214/2010, que é prestar às comunidades brasileiras no exterior um serviço de qualidade.

Tal entendimento fundamenta-se na razão, mas não só. Fundamenta-se também em proposta feita pelo próprio MRE ao Presidente Fernando Collor, em 20 de março de 1991, no qual o Ministério reconhece o financiamento parcial de alugueis de servidores lotados no exterior como “elemento essencial ao próprio desempenho profissional” dos diplomatas e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

oficiais de chancelaria, e “uma garantia de estabilidade quando em serviço no exterior”. Reconhece, ainda, que, “por uma questão de justiça e equidade”, esse benefício deveria ser estendido “aos demais funcionários administrativos do Itamaraty lotados no exterior”.

Isso posto, buscando entrever a devida coerência entre o citado discurso da Presidente da República, o cumprimento do decreto editado pelo Presidente Lula (7.214/2010) e a justiça e equidade apregoados pelo MRE; e à luz do conteúdo da citada circular telegráfica - nº 92692, de 04/11/2013 - solicitamos que nos sejam enviados informações que possibilitem constatar a fundamentação jurídica aplicada ao pagamento das indenizações de moradia de todos os seus servidores lotados no exterior.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de 2014.

**Deputado Rubens Bueno**  
**PPS/PR**